

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- INSOLVÊNCIA -

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 10 de julho de 2014

Exoneração do passivo restante, prejuízo – Culpa – Ónus da prova

O instituto da exoneração do passivo restante em processo de insolvência permite ao devedor que seja uma pessoa singular exonerar-se dos créditos sobre a insolvência que não forem integralmente pagos no processo respetivo ou nos cinco anos subsequentes ao encerramento deste. É motivo de indeferimento liminar do incidente, a não apresentação nos seis meses seguintes à verificação da insolvência, com prejuízo para os credores e conhecimento da inexistência de perspectivas sérias de melhoria da situação económica. Para preenchimento destes requisitos terá que se dar ênfase particular à conduta do devedor, devendo apurar-se se esta se pautou pela licitude, honestidade, transparência e boa-fé, no que respeita à sua situação económica, visando-se com tal exigência os comportamentos que façam diminuir o acervo patrimonial do devedor, que onerem o seu património ou mesmo aqueles que originem novos débitos, a acrescer aos que integravam o passivo que estava impossibilitado de satisfazer, sempre em desconformidade com uma atuação honesta. Não basta a constituição de um débito no lapso temporal invocado para que se conclua pelo prejuízo resultante da violação do dever de apresentação. O preenchimento do requisito enunciado na alínea e) do nº 1) do Artº 238º do CIRE pressupõe que os autos indiquem a existência de culpa do devedor na criação ou agravamento da situação de insolvência. Se a matéria fática não revelar dolo ou culpa grave, a simples violação de algum dever inerente ao processo de insolvência, não é suficiente para preenchimento do requisito enunciado na alínea g) do nº 1 do Artº 238º do CIRE.



- CIVIL -

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 10 de julho de 2014

Seguro de vida – Prémio de seguro, falta de pagamento – Abuso de direito

Não é abusivo o exercício do direito de ação do A. que reclama o pagamento do capital do seguro contratado, não obstante ter deixado de, na vigência do contrato, pagar os prémios de seguro devidos, sem que a seguradora tenha resolvido o mesmo.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14 de julho de 2014

Assembleia de Condóminos – Requisitos – Litigância de Má Fé, Indemnização

Não há invalidade se a assembleia de condóminos da propriedade horizontal é marcada para reunir em 2ª convocação meia hora depois da hora inicial, se a esta hora inicial não estiver presente o quorum necessário para a reunião – art. 1432.4 do C.Civil. A indemnização à parte prejudicada pelo litigante de má fé não pode ser superior ao prejuízo por aquela invocado (art. 615.1.e do CPC), sem prejuízo do disposto do art. 543.3 do CPC.

**Contrato-promessa de compra e venda –
Tradição da coisa – Direito de retenção**

Não há tradição nem detenção do imóvel se o promitente vendedor apenas autorizou o promitente comprador a circular livremente nas instalações, partilhando-as com este, mas continuando a servir-se delas como anteriormente. Consequentemente, este utilizador não exclusivo não goza do direito de retenção nos termos do art. 755.1.f do Código Civil.

- CONTRA-ORDENACIONAL -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 10 de julho de 2014](#)

**Infração – Penas, responsabilidade civil – Multa -
Coima**

A responsabilidade subsidiária de administradores, gerentes e outras pessoas por multas e coimas aplicadas às empresas, prevista no art. 8 do RGIT, não configura uma transmissão da responsabilidade penal, mas uma responsabilidade civil própria do administrador ou gerente, por ter impossibilitado, pela sua administração, o pagamento das quantias em causa. Tal responsabilidade civil pressupõe a prova de que o administrador ou gerente, durante a sua gestão e após a condenação da sociedade, praticou factos culposos que geraram uma situação de insuficiência patrimonial da empresa, que foi causadora do não pagamento; ou a prova de que não procedeu ao pagamento (estando em condições de o fazer) quando a sociedade foi notificada para o efeito, ainda durante o período de exercício do seu cargo.

- PENAL -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 10 de julho de 2014](#)

Queixa do Ofendido

Para se apresentar a queixa não são necessários especiais conhecimentos jurídicos, nem a sua validade está dependente de qualquer fórmula sacramental. Mas a lei não dispensa existência de um ato formal em que o queixoso revele indubitavelmente a sua vontade de que haja procedimento criminal por determinado facto.



Esse ato formal consiste em «dar conhecimento do facto» ao Ministério Público ou a entidade com a obrigação legal de o transmitir àquele. Não é necessário que o facto seja descrito com todos os pormenores, nem que sejam identificados os seus autores (que podem não ser conhecidos), mas tem de ser identificado o episódio a que a queixa se refere, para que não haja dúvidas sobre o que estava no espírito do queixoso quando tomou a decisão. Sendo o crime semipúblico, é o referido ato formal de se “dar conhecimento do facto” que está na origem do processo e desencadeia a investigação, sem o qual esta não pode sequer começar.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- ADMINISTRATIVO -

[Decreto-Lei n.º 138/2014, de 15 de setembro de 2014](#)

Estabelece, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 9/2014, de 24 de fevereiro, o regime de salvaguarda de ativos estratégicos essenciais para garantir a segurança da defesa e segurança nacional e do



aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, dos transportes e comunicações.

- CIVIL -

Lei n.º 72/2014, de 2 de setembro de 2014

Procede à segunda alteração à Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, que estabelece a Lei dos Baldios, à alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e à nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro.

Lei n.º 73/2014, de 2 de setembro de 2014

Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico da exploração e prática do jogo online.

Decreto-Lei n.º 135/2014, de 8 de setembro de 2014

Estabelece o regime jurídico dos sistemas de segurança privada dos estabelecimentos de restauração e de bebidas que disponham de salas ou de espaços destinados a dança ou onde habitualmente se dance, nos termos do qual se estabelece a obrigatoriedade da existência de sistemas de videovigilância com captação e gravação de imagens, de equipamento de deteção de armas, objetos, engenhos ou substâncias de uso e porte legalmente proibido ou

que ponham em causa a segurança de pessoas e bens e, bem assim, de um serviço de vigilância com recurso a segurança privado com a especialidade de segurança-porteiro.

- URBANISMO -

Decreto-Lei n.º 136/2014, 9 de setembro de 2014

Procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, no sentido de reforçar a simplificação e aproximação ao cidadão e às empresas, introduzindo alterações, em particular, em alguns aspetos do procedimento de controlo prévio das operações urbanísticas.

- LABORAL -

Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro de 2014

Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão, bem como procede ainda à integração das carreiras subsistentes e dos cargos, carreiras e categorias dos trabalhadores ainda não revistos nos termos da Lei n.º 12 - A/2008, de 27 de fevereiro, na tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553 -C/2008, de 31 de dezembro.